

EDUCAÇÃO, PATRIMÔNIO CULTURAL E TECNOLOGIA: MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DO NORTE DE MINAS GERAIS VOLTADAS PARA OS BENS CULTURAIS

EDUCATION, CULTURAL HERITAGE AND TECHNOLOGY: MEMORIES AND STORIES FROM THE NORTH OF MINAS GERAIS FOCUSED ON CULTURAL GOODS

Filomena Luciene Cordeiro Reis¹ - João Olímpio Soares dos Reis² - Rita Tavares de Mello³ - Roseli Aparecida Damaso Garcia⁴ - Carlos Alberto Siqueira⁵

¹Doutora em História pela Universidade Federal de Uberlândia e professora da Universidade Estadual de Montes Claros e das Faculdades Integradas do Norte de Minas, Montes Claros, MG

²Doutorando em Ciências da Educação pela Universidade Católica de Santa Fé, Montes Claros, MG.

³Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia e professora da Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, MG. Mestre em História pela Universidade Estadual de Montes Claros e Diretora da Biblioteca Central da Unimontes, Montes Claros, MG.

⁴Graduado em Psicologia pela Universidade São Francisco; pós graduado em Metodologia do Ensino e professor da Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, MG

RESUMO

O estudo relaciona educação e patrimônio cultural, cujo escopo perpassa os conceitos de história e memória. Seu recorte espacial consiste na região norte de Minas Gerais, em especial as cidades de Montes Claros e São Francisco, locais que existem cursos da Universidade Estadual de Montes Claros. A medida do tempo constitui os bens culturais investigados pelo grupo de trabalho, alcançando o tempo presente, referência do pesquisador ocupado e preocupado em conhecer e se reconhecer como sujeito histórico nas relações em suas diversas dimensões. Nesse sentido, o estudo objetiva, em consonância com os Parâmetros Curriculares Nacionais, articular memórias e histórias na perspectiva da educação patrimonial, atentando para os bens culturais, os quais são apresentados em passeios virtuais através de ferramentas tecnológicas. A metodologia para a investigação científica constitui de visitas a bens culturais da região norte mineira, os quais são registrados por meio de fotografias e vídeos para, posteriormente, ser agregado narrativas escritas e/ou ferramentas tecnológicas, explorando sua história e papel para o local em que se encontra inserido. O material produzido serve como instrumento para divulgação concretizada através da educação patrimonial.

Palavras-Chave: Educação. Patrimônio Cultural. Educação Patrimonial. histórias e Memórias. Norte de Minas.

ABSTRACT

The study relates education and cultural heritage, whose scope runs through the concepts of history and memory. Its spatial outline consists of the northern region of Minas Gerais, especially the cities of Montes Claros and São Francisco, places that have courses from the State University of Montes Claros. The measurement of time constitutes the cultural assets investigated by the work group, reaching the present time, a reference of the busy researcher and concerned with knowing and recognizing himself as a historical subject in the relationships in its various dimensions. In this sense, the study aims, in line with the National Curriculum Parameters, to articulate memories and stories from the perspective of heritage education, paying attention to cultural assets, which are presented on virtual tours through technological tools. The methodology for scientific investigation consists of visits to cultural assets in the northern

region of Minas Gerais, which are recorded through photographs and videos to later be added written narratives and / or technological tools, exploring their history and role for the place in question. inserted. The material produced serves as an instrument for dissemination realized through heritage education.

Keywords: Education. Cultural heritage. Patrimonial Education. History and Memories. North of Minas.

INTRODUÇÃO

A escolha desse tema de pesquisa permitiu estudo acerca de uma questão inquietante, em especial do campo de saber da história e da educação, pensando, especificamente a região norte mineira, onde constatamos muitos descasos em relação à preservação e conservação do patrimônio cultural. Conforme Cordeiro (2006), os bens culturais dessa região se deparam com as intempéries do tempo e de acomodações inadequadas, maus tratos ou descuidos, e dependendo da sua configuração ou espécie se apresentam demandando intervenções urgentes. Muitos bens encontram-se deteriorados, contendo umidade, corrosão, etc. provocadas por sinistros diversos, depósitos impróprios e falta de conservação; muitas danificações, variando a partir da sua espécie como, por exemplo, imagens, pinturas, documentos, entre outros; ausência de zelo; muitos se acham expostos e sujeitos a danos e extravios como imagens nas igrejas; falta de higiene do local e da peça ou objeto; aglomeração de sujeira e contaminação como, por exemplo, documentos; ausência de políticas públicas respaldadas nas legislações federais e estaduais; muitos dos bens naturais estão colocados a própria sorte; as edificações particulares, sob a posse do proprietário, recebem cuidados enquanto moradias, outros são abandonados e/ou destruídos, muitas vezes, intencionalmente; enfim, há uma relação de enfrentamentos para que ocorram atitudes e comportamentos com o fim de cuidar e guardar esses bens para a posteridade. Diante dessa realidade caótica, essa pesquisa se justifica na perspectiva política com ênfase na promoção de políticas públicas com a intenção de reverter esse quadro. É urgente pesquisar o patrimônio cultural dessas cidades para que haja referências científicas sobre ele, verificando seu papel e significado para as pessoas que o envolvem com o sentimento de pertencimento.

Ao estudar o patrimônio cultural e o papel da educação em relação aos seus (re)significados, também, consta a validade intelectual e

social desses espaços, enquanto lugar de memórias. Nesse sentido, o estudo objetivou aliar educação, história e patrimônio cultural no campo da educação patrimonial, atentando para os conflitos e tensões, que perpassam esses conceitos nas realidades concretas. O estudo procurou perceber o papel da educação patrimonial nas cidades especificadas do norte de Minas, não só como patrimônios caracterizados como antigos e velhos, mas também como produtores de memórias da educação, remetendo os cidadãos em relação à construção da história e do seu direito como cidadão. Para tanto, o estudo de legislações e materiais específicos produzidos para as escolas, foram examinados com o intuito de pesquisar se ocorre a introdução desse tema nesses espaços. Nessa perspectiva, essa pesquisa se respalda no campo da educação e, também, jurídico.

O recorte espacial da pesquisa consistiu na região norte de Minas Gerais, em especial as cidades de Montes Claros e São Francisco, locais que existem cursos da Universidade Estadual de Montes (Unimontes), instituição de origem dos pesquisadores. A medida do tempo constituiu nas datações de, por exemplo, origem dos bens culturais investigados pelo grupo de trabalho, cuja referência inicial consolidada é 1988, alcançando o tempo presente, referência atual do estúdio ocupado e preocupado em conhecer e se reconhecer como sujeito histórico nas relações em suas diversas dimensões. Desse modo, a pesquisa se justifica na perspectiva acadêmica, pois estudar os bens culturais e apresentá-los por meio de tecnologias ou narrativas científicas publicadas contribui com a sua divulgação e, assim preservação e conservação.

Trabalhar com patrimônio cultural nos faz refletir a expressão “lugares de memórias”, criada pelo historiador francês, Pierre Nora, enquanto forma pela qual se qualifica o local onde se encontra a maioria dos bens culturais. Convencido de que, no tempo em que se vive, os países e os grupos sociais sofreram uma profunda mudança na relação que mantinham tradicionalmente com o passado, Pierre Nora acredita

que, uma das questões significativas da cultura contemporânea situa-se no entrecruzamento entre o respeito ao passado, seja ele real ou imaginário, e o sentimento de pertencimento a um dado grupo, ou seja, entre a consciência coletiva e a preocupação com a individualidade ou entre a memória e a identidade (NORA, 1993). Sendo assim, a pesquisa é relevante, igualmente, no aspecto histórico e cultural, pois investiga esses bens e sua relação com as histórias e memórias coletivas.

Nesse sentido, o patrimônio cultural nos coloca várias indagações, entre elas: quais as ações de educação para o patrimônio cultural existente na região norte mineira nas escolas, em especial em Montes Claros e São Francisco? como as diretrizes nacionais da educação orientam a educação patrimonial, a partir de metodologias possibilitadoras da construção da significação e ressignificação coletiva dos bens culturais locais? quais as referências culturais da região norte mineira, em especial em Montes Claros e São Francisco? quais os estímulos da preservação e conservação dos bens culturais da região norte mineira? qual a importância da inserção do tema da educação patrimonial para os currículos escolares? como professores e estudantes compreendem o seu papel como protagonista na identidade dos bens culturais locais? o que diz os Parâmetros Curriculares sobre a educação patrimonial nas escolas? como as disciplinas de História, Geografia e Português lidam com esse assunto? como estimular as memórias e histórias a partir dos bens culturais locais? quais as atividades promovidas pelas cidades norte mineiras acerca dos seus bens culturais? como sensibilizar educadores para a educação patrimonial? Ressaltamos, novamente, que nossa referência como recorte espacial consiste na região norte de Minas, contudo, o maior interesse está em Montes Claros e São Francisco.

Importante, do mesmo modo, pensar a educação patrimonial como fator preponderante para o nosso entendimento acerca do sentimento de pertencimento a um lugar. Grunberg et al afirma a educação patrimonial é:

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo

de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, s.d. p. 5).

Enfim, esses questionamentos proporcionam pesquisar a temática, investigando esses bens culturais e naturais como proporcionadores de sentimentos de pertencimento e identidade para os cidadãos desses lugares. Para tanto, o estudo, que demonstra relevância em vários aspectos, sobretudo, histórico, político, social, cultural, jurídico, acadêmico e econômico, escolheu alguns bens culturais e naturais de Montes Claros e São Francisco para análise. Entretanto, nessa narrativa apresentamos, apenas, a proposta do estudo com alguns resultados.

METODOLOGIA: A VIA PARA A REALIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS

A hipótese central dessa pesquisa consiste em dizer que, as ações da educação patrimonial propostas pelas diretrizes nacionais por meio das disciplinas de História, Geografia e Português, não estão sendo efetivadas, por isso, a formação do cidadão nessa perspectiva não articula memórias e histórias para a construção da significação e ressignificação coletiva e, desse modo, estão comprometidas. Os bens culturais e naturais de Montes Claros e São Francisco, sobretudo da área central, não identificam ou despertam sentimento de pertencimento ou identidade da maioria dos moradores locais. Sendo assim, a educação patrimonial poderá (des)(re) construir identidades locais, por meio do conhecimento dos seus bens culturais e naturais. Desse modo, se faz necessário produzir sensibilização e consciência acerca da importância do patrimônio cultural para gerar políticas públicas com a finalidade de conservação e preservação.

A investigação científica perpassa várias fases, as quais, ainda, se encontram em andamento, na tentativa de procurar respostas as suas indagações e problemas. Os procedimentos para a pesquisa devem condizer com seu objeto de estudo que, nesse caso, constitui o patrimônio cultural. Nesse sentido, Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriane Queiroz Monteiro afirmam que,

É importante notar que cada objeto ou evidência da cultura traz em si uma multiplicidade de aspectos e significados. Neste processo de etapas sucessivas de percepção, análise e interpreta-

ção das expressões culturais é necessário definir e delimitar os objetivos e metas da atividade, de acordo com o que se quer alcançar, e com a natureza e complexidade do objeto estudado. Por exemplo, em um museu, definir o tema a ser abordado, em um monumento ou uma cidade, definir os aspectos a serem investigados (arquitetônico, urbanístico, social, econômico, histórico etc...). Num simples monumento podemos analisar os aspectos construtivos e materiais, a área de entorno, o interior, o aspecto decorativo, o mobiliário, os habitantes ou usuários, as transformações ocorridas no tempo. Cada um desses aspectos oferece uma infinidade de enfoques a abordar (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, s.d. p. 10).

Nesse sentido, adotamos, em um primeiro momento, com o intuito de pesquisar os bens culturais e naturais, os procedimentos aplicados a educação patrimonial sugeridos por Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriane Queiroz Monteiro, os quais permitem facilitar a compreensão da vida do passado no tempo presente. Para tanto, selecionamos alguns bens culturais e naturais, em conformidade com as escolhas do grupo de pesquisa, para a realização do estudo (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, s.d. p. 10). Os passos, de acordo com as autoras, para estudo dos bens culturais e naturais, consistiram em:

- Primeira fase: investigação de objetos culturais selecionados pelo grupo de pesquisadores¹.
- Segunda fase: fazer perguntas aos bens culturais sobre os aspectos físicos e/ou materiais; o seu desenho ou forma; sua função ou uso; sua construção ou processo; seu valor e/ou significado. Para obter essas respostas foi necessário: discussão, pesquisa/estudo e observação. Com esses métodos produzimos conclusões e conhecimento do objeto em questão.
- Essas fases contemplaram etapas próprias também, que são: observação, registro, exploração e apropriação, as quais são descritas com maiores detalhes no cronograma físico (HORTA; GRUNBERG; MON-

¹ A ideia foi selecionar bens culturais da área central, mas também da periferia. De Montes Claros pesquisaremos casarões (dos Oliveiras, dos Versiane, Museu Histórico Regional, Secretaria de Cultura, etc.); igrejas (Matriz, Catedral, Morrinhos, São Geraldo, Santos Reis, Santo Expedito, etc.), rios/córregos (Vieira, Melâncias, Cintra, etc); grutas (Lapa Grande, etc.), manifestações culturais (Catopés, festa de Santos Reis, Banzé, festa de São Judas, etc.); escolas (Marista, Imaculada Conceição, Escola Nornal, Belvinda Ribeiro, Francisco Sá, Gonçalves Chaves, etc.); praças (Matriz, Dr. Carlos, Pio XII, Cel. Ribeiro, Santos Reis, São Geraldo, etc.); monumentos (Francisco Sá, Irmã Beata, Dr. Chaves, chinelo, etc.); hospitais (Santa Casa, antigo Santa Terezinha e atual Policlínica da Unimontes, etc.), entre outros. De São Francisco iremos caminhar na mesma direção de estudo, pesquisando os casarões antigos, escolas, manifestações culturais, praças, ruas, avenidas, o rio São Francisco, etc. Foram estudados até o momento, apenas, alguns desses bens, pois a pesquisa se encontra em andamento.

TEIRO, s.d. p. 10).

Após a pesquisa dos bens culturais ocorreu o segundo momento, que constituiu da análise de documentos oficiais da Federação e do Estado de Minas Gerais, entre eles, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com o objetivo de verificar como as disciplinas de História, Geografia e Português tratam a temática, Patrimônio Cultural. Até o momento, apenas, o campo de saber da História foi analisado. No terceiro momento, fase a ser executada, investigaremos documentos escolares como planos de ensino, projetos de ensino e extensão, Projeto Político Pedagógico e Regimento Escolar, etc. Para tanto, selecionaremos uma escola em cada cidade, Montes Claros e São Francisco, para estudo dessa documentação. O método utilizado é o de Análise-histórico-lógico, que estuda a trajetória real dos fenômenos e acontecimentos no decurso de sua história. O método lógico e histórico não está divorciado entre si, pelo contrário se complementam e estão intimamente vinculados. O método lógico servirá para embasar, teoricamente, um fenômeno baseado nos dados que proporcionam o método histórico, de maneira que não constitua, simplesmente, um raciocínio especulativo. De igual modo, o método histórico deve descobrir a lógica objetiva do desenvolvimento histórico do fenômeno e não limitar-se a simples descrição dos fatos. Afirmamos a unidade dialética entre o método lógico e/ou histórico (BARROS, 2002).

A pesquisa é de caráter qualitativo, pois se importa com as perspectivas da realidade, as quais não podem ser quantificadas, centrando-se no entendimento e interpretação das performances das relações sociais em relação à construção de identidade e sentimento de pertencimento por meio dos bens culturais existentes nas referidas cidades. De acordo com Silveira e Córdova (2009), as características desse modelo de pesquisa consistem na objetivação do fenômeno, bem como a hierarquização das ações de descrever, compreender e explicar as relações entre o global - mundo e Brasil - e o local - Montes Claros e São Francisco - com a observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural, sendo que, há o “respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências” (SILVEIRA; CÓRDOVA,

2009, p. 32). Em relação à natureza, esse estudo constituiu enquanto básica, visto que, trata de assunto de interesse comum. Quanto aos objetivos, o estudo é explicativo, porque este tipo de pesquisa preocupa-se em identificar os fatores, que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos (GIL, 2007), ou seja, tenta explicar o porquê das coisas através dos resultados oferecidos. Nesse sentido, qual o papel dos bens culturais e naturais para o cidadão? A educação patrimonial (des)(re)constrói sentimento de pertencimento? Segundo Gil (2007), uma pesquisa explicativa pode ser a continuação de outra descritiva, posto que, a identificação de fatores que determinam um fenômeno exige que este esteja, suficientemente, descrito e detalhado. Desse modo, também, é uma pesquisa descritiva, pois exige do investigador uma série de informações sobre o que se deseja analisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos dessa determinada realidade, quer dizer, pesquisar bens culturais e naturais de Montes Claros e São Francisco, com a finalidade de averiguar sua história e importância para a construção da significação e ressignificação coletiva, tanto da área central como da periferia, e, a partir desses estudos, verificar as ações da educação através das propostas das diretrizes nacionais por meio das disciplinas de História, Geografia e Português, para a formação do cidadão na perspectiva da educação patrimonial, articulando memórias e histórias (TRIVIÑOS, 1987). Acerca dos procedimentos, constitui um trabalho bibliográfico com levantamento de referências teóricas para análise, entre elas, algumas publicadas por meios escritos e eletrônicos como livros, artigos científicos, páginas de *web sites*. Igualmente, é considerada documental, pois trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil, por vezes, distingui-las. Os documentos em análise constituem, entre eles, os próprios bens culturais e naturais; documentos oficiais do Estado federal e estadual como os PCN's, LDBEN9394/96 e outras legislações educacionais; documentos escolares como planos de ensino, projetos de extensão e de pesquisa, Projeto Político Pedagógico, regimentos, etc. das escolas selecionadas (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009). A partir das pesquisas, análises e interpretações desses documentos/monumentos na sua diversidade (LE GOFF, 1999), os produtos pretendidos, na sua totalidade, serão alcançados, pois o estudo, ainda é parcial. Nessa narrativa apresentamos as proposições da equipe de pesquisa, sobretudo bibliográfica, e

parte das seus estudos.

RESULTADO E DISCUSSÃO: ALGUMAS RESPOSTAS

A cidade, por si só, é um espaço contraditório, pois constitui um lugar onde a sociabilidade se concretiza por meio das relações que os homens estabelecem entre si no cotidiano das suas vivências, no entanto, é igualmente um campo de disputas constantes. Há projetos dominantes, que se consolidam em vários âmbitos na cidade, geralmente, manipulados pelo âmbito político, que priorizam concepções e planos de um pequeno grupo mantenedor do/no poder. Todavia, o território² no qual os homens experimentam a vida, consiste na pluralidade dessa existência que necessita do relacionamento, se colocando, muitas vezes, por meio das disputas. Esse outro - ou alguns deles - possui ideias que confrontam com os interesses da maioria, da coletividade. A cidade, esse espaço plural e diverso, é palco de possibilidades dos homens se (re)conhecerem nele, por exemplo, através dos seus bens culturais. Nesse sentido, nosso foco é o norte de Minas, em especial as cidades de Montes Claros e São Francisco, a partir do seu patrimônio cultural com finalidade de (re)conhecê-la melhor, assim como os seus moradores.

Hoje em dia, o patrimônio cultural possui uma abrangência ampla e dinâmica. Essa abrangência é ampla, porque o patrimônio cultural é visto como um conjunto de bens materiais, imateriais e naturais. Ela é dinâmica, porque esses bens são o testemunho do conhecimento aprimorado a cada dia pelo homem e da evolução de hábitos, usos e costumes, que formam a identidade de um povo. É a herança de um passado vivo e latente, que permite ao homem e a mulher saber quem são e quem foi desde o início da sua existência até o momento. É a diversidade dos modos de viver de um povo. Esse modo de viver, que se constitui na manutenção do cotidiano, é muito importante para a existência da humanidade, reforçando os seus elos de cidadania e o senso de pertença a uma comunidade e história, porque cria identidade

² A concepção de território remete ao exercício de poder, seja de ordem política, econômica, cultural e institucional, de um grupo social sobre um determinado espaço. Sendo assim, estamos compreendendo território como o espaço e as relações sócio-históricas qualificadas pelo poder (MAIA, C.; CORDEIRO, F. L. In: Anais do IX Congresso Regional de História: Territórios da História. Montes Claros: Unimontes, 2008. p.7-8). Ver também: HAESBAERT, Rogério. *Territórios Alternativos*. Niterói: EDUFF; São Paulo: Contexto, CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

e sentimento de pertencimento (CHOAY, 2006) (HALL, 2009).

Existem muitos mitos, aparentemente simples e insignificativos, relativos ao patrimônio cultural. Considera-se mito, grosso modo, como “idéia falsa, que distorce a realidade ou não corresponde a ela” (FERREIRA, 2001, p. 466). Frente a essa definição constata-se, em relação ao patrimônio cultural, em geral, que seja igual e, exclusivamente, a patrimônio arquitetônico. Verifica-se que, patrimônio cultural consiste em muito mais que arquitetura, ou seja, é um universo de possibilidades e de vivências humanas. Pode-se defini-lo como “(...) um conjunto de bens naturais, materiais e inclusive imateriais (...)” (BELO, 1999, p. 47). Desse modo, desmistifica-o e desvincula-o somente a igualdade com os casarões, igrejas e os diversos prédios antigos. Choay afirma que,

Patrimônio. Esta bela e antiga palavra estava, na origem, ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo. Requalificada por diversos adjetivos (genético, natural, histórico, etc.) que fizeram dela um conceito “nômade”, ela segue hoje uma trajetória diferente e retumbante (CHOAY, 2006, p. 11).

O patrimônio cultural, nessa perspectiva, está dividido em bens culturais e bens naturais (BELO, 1999). Os bens culturais podem ser imateriais e materiais. De acordo com essa classificação, os bens imateriais ou intangíveis são: os costumes: aquilo que faz parte do uso ou da tradição como a moda e as festas; as lendas: é a tradição popular ou que faz parte da fantasia como o saci-pererê, lobisomem e a mula sem cabeça; os rituais: é o cerimonial, dentre eles, alguns realizados pela igreja Católica como o batismo e o casamento; e as danças: dentre elas, a capoeira, o forró e o candomblé. Os bens culturais materiais podem ser imóveis e móveis. Os bens culturais materiais imóveis são: arquitetura civil, religiosa, funerária e militar; sítios históricos; e sítios arqueológicos. Importante, também, apresentar os bens culturais materiais móveis: objetos arqueológicos como fósseis, cerâmica, ourivesaria, têxteis e outros; artes plásticas como as pinturas, gravuras, desenhos e esculturas; artesanato utilitário ou decorativo; mobiliário como mesa, cadeira, cama e outros; ferramentas, dentre elas, martelo, enxada e machado; objetos diversos como armas, adornos, elementos arquitetônicos e litúrgicos, indumentárias, numismática e instrumentos musicais; e documentos que podem ser manus-

critos, impressos, livros, fotografias, filmes, fita K7, microfichas, microfilmes e outros (CHOAY, 2006). O patrimônio cultural, enquanto bem natural constitui em “(...) aqueles que pertencem à natureza, como a vegetação natural, árvores, rios, vales e montanhas (...)” (BELO, 1999, p. 48).

Diante de um quadro conceitual do patrimônio cultural, o Brasil precisa e merece pensar sobre essa questão. Difunde-se a quatro cantos uma “*dita verdade*”, que o Brasil é um país desmemoriado. Percebe-se, que há um grande descaso e abandono aos assuntos secundários e subsidiários no país e, dentre eles, a cultura e, conseqüentemente, o patrimônio cultural. Constata-se que, as elites dirigentes do Brasil preocupam-se em:

(...) recomponem seu passado, ou mesmo temas a eles ligados, estarão, sem dúvida, influenciados por seus interesses imediatos de manutenção do poder. Terão também a tendência e a necessidade de trabalharem ideologicamente sobre seus atos e sobre fatos relacionados ao seu passado, que de forma concreta está vinculado ao constante jogo de conquista e manutenção do poder ao qual sempre se dedicaram as elites políticas e sociais. Um permanente desenrolar de articulações e exercício de poder que se estende da esfera doméstica, à municipal, regional, estadual e nacional (DELGADO, 1987, p. 144).

O mito prevalece, no sentido de que, até bem pouco tempo atrás, cultivava-se, de forma acentuada, um memorialismo oficial, no entanto, na década de 1980 e, sobretudo atualmente, há inúmeros trabalhos com o objetivo de recuperar a memória nacional, regional e local, revelando outros vieses da(s) história(s), ou seja, as memórias dos oprimidos. Delgado diz que,

Urge recuperar-se, com prioridade, a memória nacional. A memória do oprimido - negros, mulheres, velhos, organizações associativas - sufocada pela história oficial e pelo abandono. Urge também não se esquecer, caminhando-se para um extremo oposto, etambém vesgo, pois contempla um só lado, a memória e a história das classes dirigentes, das elites sociais e políticas. São elas que têm assumido, na maior parte das vezes, as decisões que fazem a história política e econômica do país, seus estados e suas regiões. O movimento de recuperação da memória deve ser duplo. Elites e oprimidos compõem o todo social, que em movimentações de avanços e recuos, pressões e contrapressões constroem a dinâmica da história (DELGADO, 1987, p. 143).

Diante do exposto, deduz-se que, o Brasil não é um país sem memória. Existe uma classe política, econômica e social que formata e pressiona a preservação de memórias convenientes

aos seus interesses. Na contramão da história, o “oprimido” conta e conserva a sua identidade por meio de outros mecanismos não oficiais, mas que não deixam morrer a sua identidade cultural. Essa é a proposta da pesquisa, pensar quais são os bens culturais que tratam daqueles que estão à margem social, justamente por causa do modelo de construção das “imagens patrióticas”.

Na tentativa de preservar os bens culturais brasileiros, políticas públicas se fizeram necessárias, demandadas por lutas e conquistas de grupos interessados no assunto. Desse modo, a legislação pressiona a preservação do patrimônio cultural (BELO, 1999). Nessa perspectiva, a pesquisa se propõe estudar as legislações brasileiras que tratam desse assunto com o intuito de lidar com políticas públicas do cuidador com esses bens.

A primeira referência de iniciativa de proteção do patrimônio cultural no Brasil é datada de meados do século XVIII. O vice-rei, conde das Galveas, André de Melo Castro, chama a atenção do Governador de Pernambuco, Luís Pereira Andrade, sobre a inconveniência de tornar o Palácio das Duas Torres, obra de Francisco de Nassau, em quartel. Ele alega que, essa atitude poderia destruir ou arruinar a memória dos grandes feitos dos portugueses no Brasil. No final do século XVIII, o Ministro do Império, Conselheiro Luís Pederira do Couto Ferraz, ordena aos presidentes das províncias para que obtivessem coleções epigráficas para a Biblioteca Nacional e ao Diretor das Obras Públicas da Corte para cuidar da reparação de monumentos e das inscrições neles gravadas. Alguns anos depois, o chefe da Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, Alfred do Vale Cabral percorre as províncias da Bahia, Alagoas, Pernambuco e Paraíba com o objetivo de recolher a epigrafia dos monumentos daquelas regiões. Posteriores a esse período existem iniciativas isoladas, visando proteger o patrimônio cultural, principalmente o arquitetônico. No século XX, na década de 1920, surgem propostas de legislação e criação de órgãos de proteção e preservação de bens culturais no âmbito federal e estadual. Em 1934, a Assembléia Constituinte inclui na Constituição de 1934, nos artigos 10 e 148, a responsabilidade da União, do Estado e do Município de proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país. Em 1937, é criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) (CORDEIRO, 2006).

Camargo sobre esse tema faz a seguinte as-

sertiva:

A valorização do histórico foi incorporada à legislação brasileira não só como preceito constitucional, mas também a partir da criação, em 1937, de um órgão específico para cuidar do assunto: o Serviço do Patrimônio e Artístico Nacional. Os indícios de que a medida abrangia documentos de arquivo eram dados pelas referências genéricas a ‘bens móveis’, ‘coisas de interesse histórico’, ‘manuscritos e livros antigos ou raros’, só mais tarde, com a reestruturação do SPHAN, é que se incluíram os ‘documentos’ na categoria dos bens históricos (CAMARGO, 2000, p. 64).

Em 1988, a Constituição Federal da República do Brasil define patrimônio cultural e estabelece a obrigatoriedade da sua proteção e preservação. Veja:

Constitue patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência e identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados à manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (...) o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação (BRASIL, 1988, *Online*).

Nesse sentido, percebe-se que, o assunto preservação de patrimônio cultural não é recente. Contudo, a necessidade de sua preservação não é somente por causa da existência da norma legal. A regra existe, porque “dessa preservação depende a consolidação de nossa identidade e, também, a manutenção e melhoria da qualidade de vida” (BELO, 1999, p. 55).

Enfim, o mito e a realidade, em relação ao patrimônio cultural, persistem, mas a possibilidade de vê-los como vestígios do passado e lê-los como documento-monumento é a oportunidade do homem e da mulher, sobretudo o oprimido em desconstruir e (re)construir sua história (LE GOFF, 1996).

Nesse sentido, pesquisamos as cidades de Montes Claros e São Francisco a partir do seu patrimônio cultural, tendo como referência a área central, mas também a periferia, que apresentam seus modos de viver e constituem “patrimônios culturais”, inclusive com a possibilidade de tombamento. Para tanto, um pas-

seio por essas cidades nos proporcionou (re)conhecê-la melhor, assim como os seus moradores. Os bens examinados até o momento foram as igrejas da Matriz, Catedral, Morrinhos, São Geraldo e Santos Reis; o rio Vieira, a manifestações culturais como a festa religiosa de Santos Reis e de São Judas de Montes Claros.

Para alcançar os objetivos da pesquisa se fez necessário estudar os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), enquanto diretrizes elaboradas para orientar os professores por meio da normatização de alguns aspectos fundamentais concernentes a cada disciplina, nesse caso específico, nossas alianças constituíram, sobretudo com História, Geografia e Português, adaptando-os às particularidades das cidades analisadas a partir de seus bens culturais. No entanto, ainda, não se fez essa relação com as disciplinas, iniciando-se com a História. A finalidade dos PCN's, conforme análise, consiste em garantir aos estudantes, mesmo em condições sociais e econômicas desfavoráveis, o direito de usufruir do conjunto de conhecimentos reconhecidos como necessários para o exercício da cidadania (BRASIL, 1998). Desse modo, a educação patrimonial proporciona ao estudante-cidadão se (re)conhecer nos patrimônios culturais do país. A proposta dessa pesquisa consistiu em, a partir do estudo dos bens culturais definidos no decorrer das demandas do projeto em questão, examinar os PCN's com a finalidade de verificar como essa lei articula a educação patrimonial no ambiente escolar. Para tanto, a análise de material didático e produções escolares, entre eles, planos de aulas, em especial História, Geografia e Português, bem como projetos de extensão e pesquisa, documentos oficiais como o Projeto Político Pedagógico e Regimento Escolar, etc. Essa é uma etapa que será realizada e, conseqüentemente, escrita, descrita e interpretada posteriormente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verifica-se que, há alguns bens culturais que já fazem parte do imaginário dos moradores das cidades citadas nesse estudo, no entanto, a pesquisa pretende investigar, entre eles, os casarões antigos e localizados na área central sem, contudo, abandonar a região periférica, local onde encontra, também, manifestações culturais materializadas e passíveis de inventariar e tornar como patrimônio cultural, averiguando

outras memórias e histórias do norte de Minas Gerais. Até o momento estudamos as igrejas da Matriz, Catedral, Morrinhos, São Geraldo e Santos Reis; o rio Vieira, a manifestações culturais como a festa religiosa de Santos Reis e de São Judas de Montes Claros. Constata-se na pesquisa, uma diversidade de bens na sua perspectiva material e imaterial. Observou-se edificações religiosas, ou seja, igrejas católicas do centro e periferia de Montes Claros, bem como rios, considerados bens naturais, e expressões religiosas católicas. Há muito trabalho a ser realizado, entretanto, os pesquisadores tem ciência e consciência do seu papel como estudiosos do assunto e compromisso e reponsabilidade com o mundo em que vive.

REFERÊNCIAS

BARROS, José D'Assunção. **O campo histórico: as especialidades e abordagens da História**. Rio de Janeiro: CELA, 2002.

BELO, S. D. Patrimônio cultural. **Esfera**, São José dos Campos/SP, v. Ano 7, n. 46, p. 15-16, 1997.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 15 mar. 2021.

CAMARGO, Haroldo Leitão de. **ABC do turismo**. São Paulo: Ed. Aleph, 2000.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo, UNESP. 2001.

CORDEIRO, Filomena Luciene. **A cidade sem passado: políticas públicas e bens culturais de Montes Claros - um estudo de caso**. Montes Claros, MG: Unimontes, 2006.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Reflexões sobre memória e história: a técnica da história oral. In.: **Revista do Departamento de História**, FAFICH/UFMG. Belo Horizonte: Mazza edições, junho 1987.

Revista Multitexto

- FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. *Campinas*. São Paulo: UNICAMP, 1996.
- HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. Niterói: EDUFF; São Paulo: Contexto, 2002.
- HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico da educação patrimonial**. Rio de Janeiro: Museu Imperial / DEPRON - IPHAN - MINC, s.d. p. 10.
- MAIA, C.; CORDEIRO, F. L. **Anais do IX Congresso Regional de História: Territórios da História**. Montes Claros: Unimontes, 2008. p.7-8.
- NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. In: *Projeto História*. São Paulo, nº 10, p. 7-28, dez. 1993.
- SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- TRIVIÑOS, A. W. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.